COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.541, DE 2014

Regula a segurança nos campi das instituições de ensino superior, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Autor: Deputado JOÃO RODRIGUES

Relator: Deputado GIUSEPPE VECCI

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado João Rodrigues, pretende determinar que as instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer uma das esferas da Federação, identifiquem como “domicílio profissional” algumas áreas de seus *campi*, tais como gabinetes, anfiteatros, auditórios, salas de aula, laboratórios, bibliotecas e assemelhados. No que diz respeito a esses espaços, a manutenção da ordem e da segurança estaria cometida aos gestores universitários, segundo normas internas a ser executadas por segurança própria das instituições.

Nas demais áreas não classificadas como “domicílio profissional”, a manutenção da ordem e da segurança seria competência dos órgãos de segurança pública. Em caso de flagrante delito, e na ausência de agentes desses órgãos, a segurança interna da instituição estaria autorizada a agir nessas outras áreas.

A proposição determina também que os eventos sociais nas instituições públicas de ensino superior sejam autorizados pela autoridade acadêmica competente, com termo de responsabilidade dos promotores. Impõe ainda a responsabilização penal, civil e administrativa às autoridades acadêmicas que descumprirem o disposto na lei, bem como deixarem de

adotar providências para apuração de crimes e contravenções ocorridos nos campi das instituições.

O projeto, sujeito à apreciação conclusiva das comissões, foi distribuído a esta Comissão de Educação, à de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última para pronunciamento sobre constitucionalidade e juridicidade.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – VOTO DO RELATOR

Em sua justificação, o autor apresenta vasta argumentação quanto à necessidade de maior segurança nos *campi* universitários do País. De fato, seguidamente eventos lamentáveis têm ocorrido, como dá conta a larga divulgação que recebem na mídia.

No entanto, no que se refere ao mérito a ser examinado por esta Comissão de Educação, há alguns fatores que devem ser necessariamente considerados. Em primeiro lugar, a autonomia universitária, assegurada pelo art. 207 da Constituição Federal, que abrange os campos didático, administrativo, patrimonial e financeiro. Não parece admissível que lei federal adentre a organização patrimonial interna das universidades e determine que seus espaços sejam classificados de forma diferenciada para efeitos de ações de manutenção da ordem e da segurança.

Os *campi* universitários públicos estão sob a responsabilidade direta de seus gestores, sobre os quais recaem todos os deveres e poderes cometidos pelas normas da administração pública e, no caso das universidades, assegurados pela autonomia administrativa constitucionalmente definida. A estes cabe zelar pela paz interna às instituições sob sua gestão, inclusive acionar, quando necessário e oportuno, os órgãos de segurança pública locais. Nada impede o gestor responsável de assim proceder, quando a ocasião se apresentar. Inclusive autorizar, por exemplo, o policiamento ostensivo de forma rotineira.

Também a eles compete decidir sobre o uso dos espaços das instituições, de acordo com os estatutos, regimentos e demais normas internas.

Adicionalmente, é preciso ressaltar que os sistemas de ensino são também autônomos, cabendo, no caso em tela, considerar que a norma federal não pode obrigar as instituições de educação superior vinculadas aos entes federados subnacionais.

A argumentação desenvolvida evidencia que a iniciativa em comento, ainda que bem intencionada, desconsidera a autonomia universitária, a autonomia dos entes federados e o fato de que os gestores já podem, quando necessário, solicitar a ação dos órgãos de segurança pública, para além da própria segurança interna que normalmente é mantida pelas instituições.

Tendo em vista o exposto, voto pela rejeição do projeto de lei nº 7.541, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado GIUSEPPE VECCI
Relator